

Participação Política no Brasil e na Suécia: o papel dos estereótipos e do contágio

Thiago Lopes Carneiro¹
Cláudio Vaz Torres
Universidade de Brasília
Joakim Ekman
Södertörn University

RESUMO - Este estudo investigou a influência de estereótipos sobre parlamentares e contágio comportamental na participação política, comparando dois países: Brasil e Suécia. Considerou-se que estereótipos podem ser úteis para diferenciar grupos de parlamentares e prever seus comportamentos. O Contágio Comportamental foi investigado como um possível catalisador da ação política. Os questionários online foram respondidos por 984 brasileiros (37,4% mulheres) e 879 suecos (46,5% mulheres). Empregou-se a Modelagem por Equações Estruturais para aferir as relações entre as variáveis. O Contágio Comportamental foi central na predição do engajamento. Os estereótipos predisseram participação quando desafiavam o senso comum: brasileiros não costumam diferenciar parlamentares, mas aqueles que conseguiam eram mais engajados; na Suécia, o fator “corrupção” predisse a participação não-institucional.

Palavras-chave: participação política, estereótipos sobre parlamentares, contágio comportamental

Political Participation in Brazil and Sweden: The Role of Stereotypes and Contagion

ABSTRACT - This study assessed the influence of Stereotypes about Parliamentarians and Behavioral Contagion on Political Participation, comparing two countries: Brazil and Sweden. Stereotypes were admitted to be useful to tell parliamentarians' groups apart and predict their behavior. Behavioral Contagion was investigated as a possible catalyst of political action. Online questionnaires were administered to 984 Brazilians (37.4% women) and 879 Swedes (46.5% women). Structural Equation Modeling assessed relationships among variables. Behavioral Contagion played a pivotal role on predicting political engagement. Stereotypes predicted participation where they challenged commonsense: Brazilians usually cannot tell the difference among politicians, then those Brazilians who could were more politically engaged; in Sweden, the factor “corruption” predicts non-institutional types of Participation.

Keywords: Political Participation, Stereotypes about Parliamentarians, Behavioral Contagion

Como as pessoas tomam decisões de participação política no contexto real, em suas vidas diárias, com base nas informações dispersas que têm sobre os parlamentares? Alguns processos psicológicos podem ajudar a resumir a enorme quantidade de informações e influências políticas que uma pessoa recebe. No entanto, esses processos podem ser relativamente estáveis em um país, já que os cidadãos estão sujeitos ao mesmo contexto e cultura. A comparação entre países contrastantes pode mostrar até que ponto esses processos realmente influenciam a participação, evitando interpretações específicas a cada contexto (Teorell, 2006).

O objetivo geral do estudo é *comparar a influência dos Estereótipos sobre Parlamentares e o Contágio Comportamental sobre a Participação Política entre dois países contrastantes (Brasil e Suécia)*. Testa-se a hipótese de que a Participação Política possa ser prevista por Estereótipos sobre Parlamentares e o Contágio Comportamental.

O Brasil e a Suécia foram escolhidos para essa comparação por causa de seus contrastes na cultura e no comportamento político. Os suecos não aceitam a distância de poder em relação a seus representantes, enquanto no Brasil isso é

considerado “natural”. A preferência dos suecos pela igualdade e soberania individual exige que os cidadãos (inclusive os políticos) sejam autossuficientes e respeitem as regras gerais. Os brasileiros não confiam em “pessoas que não são da família” e não acham que têm obrigação com grupos maiores como vizinhos, concidadãos ou a nação (Realo, Allik & Greenfield, 2008; Triandis & Gelfand, 1998).

Essas diferenças têm reflexos na vida política. Com relação à confiança no sistema político, os brasileiros reclamam do mau funcionamento das instituições governamentais e da impunidade dos políticos ruins (Moisés & Carneiro, 2008). Além disso, a política brasileira é marcada pela corrupção “generalizada”, sendo difícil sustentar a existência de “bons políticos” (Cunha, 2006). Os suecos, por sua vez, acreditam em seu sistema, o que facilita a existência de um Estado Social que promove a igualdade social e vivencia baixa corrupção (Kumlin & Rothstein, 2005; Marien & Hooghe, 2011; Rothstein & Uslaner, 2005). Os dois países passaram recentemente por forte mobilização popular. Por exemplo, desde 2011 os brasileiros têm saído às ruas para protestar contra a corrupção política, com protestos em massa em junho de 2013, seguidos de outros importantes protestos até 2016. Na Suécia, os manifestantes lutam principalmente

1 Contato: thiagolopescarneiro@gmail.com

por questões como as condições dos refugiados africanos e árabes, principalmente depois dos tumultos nas vizinhanças de imigrantes em Estocolmo, em maio de 2013. Se os resultados deste estudo se mostrarem válidos para esses casos contrastantes, o conceito empregado aqui pode ser útil para investigar outros países.

Participação Política. As perspectivas teóricas da participação política começaram se concentrando exclusivamente no ato do cidadão para escolher os membros da elite política, como se fosse ativo apenas durante as eleições (Dahl, 1956; Downs, 1957; Schumpeter, 1942). A atenção em comportamentos políticos não relacionados exclusivamente às eleições foi promovida depois da publicação dos trabalhos de Almond e Verba (1963, 1980), Milbrath (1965), Verba e Nie (1972), e Kaase e Marsh (1979) Nos últimos 50 anos novos comportamentos foram investigados como exemplo do envolvimento político (Teorell, 2006).

O envolvimento em ações comunitárias, consumo politizado, participação em movimentos sociais organizados, participação em protestos, organização de abaixo-assinados ou mesmo o envolvimento em atos de violência política também podem ser considerados formas de participação política (Brussino, Rabbia & Sorribas, 2008; Dalton, 2008; Lake & Huckfeldt, 1998; Stolle, Hooghe & Micheletti, 2005). A inclusão destes novos comportamentos expandiu o conceito de participação política.

O quadro de Ekman e Amnå (2012) é a base para a abordagem de Participação Política neste estudo. Eles propuseram um quadro para organizar essa diversidade de comportamentos em categorias. Eles construíram um espectro que começa com Não participação (atitudes antipolíticas e apolíticas), passa pela Participação Latente (Atenção e Ação) e termina com a Participação Manifesta (Participação Formal, ativismo Legal e Ilegal). Para Ekman e Amnå (2012), a não participação ou o desengajamento podem ser caracterizados respectivamente em termos de atitudes antipolíticas ou apolíticas. As atitudes antipolíticas estão relacionadas a formas ativas de desengajamento (como manifestar sua insatisfação sobre a política ou ter um estilo de vida antipolítico), enquanto as atitudes apolíticas dizem respeito a formas passivas, como perceber a política como algo monótono. As formas latentes de participação abrangem *atenção* à política e “Envolvimento Cívico” (ações que produzem impacto político externo ao contexto das instituições governamentais, como trabalhos sociais voluntários). Os autores afirmam que as formas latentes de participação foram negligenciadas pelos estudos na área. Além disso, discutem se os cidadãos atentos entram em ação quando é realmente necessário (Amnå & Ekman, 2014).

Os tipos manifestos de Participação Política abrangem a participação no sistema político formal (ações que cumprem com as regras das instituições políticas) e a participação extraparlamentar, dividida em formas de ação legais e ilegais (Ekman & Amnå, 2012). Este pode ser um grave obstáculo para comparações entre países, já que o que é legal em um país pode ser ilegal em outro, ou as fronteiras da legalidade podem mudar em um mesmo país, com o passar do tempo. Assim, ao invés de classificar o ativismo em termos de legalidade ou ilegalidade, propomos a diferenciação entre atos violentos e não violentos. Os comportamentos classificados por Ekman e Amnå (2012) continuam inalterados, mas o item

“Desobediência Civil” passou para o grupo “não violento”. Por fim, o quadro permite avaliar diversos tipos de Participação Política, em linha com o principal objetivo deste estudo.

Estereótipos sobre Parlamentares. A cada dia, os cidadãos são expostos a uma avalanche de informações políticas. Jornais, TV, rádio, mídia social, blogs, sites, bate-papo no bar, etc. Muitas informações poderiam ser usadas para entender a interação dos grupos na arena parlamentar: Partidos, interesses dos setores que eles representam, profissão (antes de virar um parlamentar), cargos políticos exercidos, etc. (Carlin & Love, 2013; Druckman, 2001; Garzia, 2013; Kam, 2007; Koch, 2003). No entanto, os cidadãos leigos em política podem ignorar diversas informações e basear suas opiniões no que acham mais relevante (Arceneaux, 2008; Druckman, 2001, Lau & Redlawsk, 2001).

Este estudo parte do pressuposto que os estereótipos podem resumir uma grande quantidade de informações sobre um grupo (Jussim, McCauley & Lee, 1995; Mackie, 1973; Ryan, 2003). Em relação à política, os estereótipos podem ser muito úteis para ajudar os cidadãos leigos a diferenciar os membros dos partidos políticos ou aqueles que representam um setor específico da sociedade (Haslam, Turner, Oakes, McGarty & Reynolds, 1997; Koch, 2003; Lau & Redlawsk, 2001; Schneider & Bos, 2011). Com base em informações relevantes, os cidadãos podem tentar prever o comportamento dos parlamentares (Arceneaux, 2008; Carlin & Love, 2013; Samuels & Zucco, 2013). Além disso, testa se os cidadãos podem escolher sua forma de participação política com base em como percebem o comportamento dos parlamentares (Kinder & Sears, 1985; Sacchi, Carnaghi, Castellini & Colombo, 2013).

Por um lado, este estudo avalia a percepção dos cidadãos sobre até que ponto algumas informações são críticas - daqui por diante, esta dimensão dos estereótipos sobre os parlamentares será chamada de “Informação Crítica”. Por outro lado, este estudo avalia as expectativas dos cidadãos sobre os parlamentares - daqui por diante, esta dimensão dos estereótipos sobre os parlamentares será chamada de “Predição do Comportamento”.

A classificação com base em estereótipo pode ser útil para entender a política parlamentar. As pessoas capazes de diferenciar os partidos podem reconhecer, com maior probabilidade de sucesso, os comportamentos estereotípicos ou contra-estereotípicos dos políticos (Carlin & Love, 2013; Koch, 2003; Samuels & Zucco, 2013). Em outras palavras, se um candidato de esquerda socialista usa argumentos que não se encaixam em seu estereótipo (por exemplo, defender a não intervenção do Estado na economia), os eleitores reconhecem a disparidade e indicam que “tem alguma coisa errada” naquele discurso (Kinder & Sears, 1985; Lau & Redlawsk, 2001; Sacchi *et al.*, 2013). Este estudo pretende avaliar a associação entre a atenção dos cidadãos a essa informação e um maior ou menor grau de envolvimento político.

Contágio Comportamental. A clássica obra de Gustave Le Bon (1896), *The Crowd: a study of the popular mind* é considerada um importante marco no entendimento da ação coletiva. Apesar de criticada por seu viés antidemocrático, as questões levantadas por Le Bon promoveram debates científicos no século XX (McGuire, 1987; Moscovici, 1985). Le Bon argumenta que as multidões se formam quando têm

três características: *sugestibilidade*, *sentimento de poder invencível* e *contágio*. O autor afirma que as multidões se tornam irresponsáveis por suas ações e que as pessoas em uma multidão agem como se estivessem hipnotizadas, orientadas pela vontade coletiva.

Alguns pesquisadores seguiram as ideias aristocráticas de Le Bon (1896), enquanto outros tentaram dotar a análise dele de “neutralidade” (McGuire, 1987; Nye, 1973). Os estudos de psicologia social encontraram principalmente evidências que os indivíduos tendem a ajustar seus comportamentos segundo a multidão que os cerca, com pouca autocritica. Algumas teorias posteriores a 1950 (organizadas por Jesus, 2013), chegam a conclusões semelhantes: teoria da desindividuação (e.g. Diener, 1980); teoria da identidade social (e.g. Tajfel & Turner, 1979); teoria da convergência (com base na teoria de dissonância cognitiva de Festinger, 1975); e o modelo de normas emergentes (Fehr & Fischbacher, 2004).

O conceito de *contágio* oferece *insights* bastante relevantes para a investigação da participação política. Na realidade, cabe aqui questionar se há um efeito multiplicador que poderia aumentar as chances de uma pessoa participar de uma ação coletiva - até mesmo para imitar amigos ou outras pessoas próximas.

Foram encontradas evidências empíricas das implicações do contágio na participação política (e.g., Cho & Rudolph, 2008; Harrigan, Achananuparp & Lim, 2012; McClurg, 2003; McFarland & Thomas, 2006). Em oposição à ideia de comportamento inconsciente de grupo, Gomes e Maheirie (2010) sugerem que a participação política organizada coletivamente tem impacto sobre a constituição psicológica do indivíduo. As autoras enfatizam que as pessoas *atribuem significado consciente* ao que fazem como membro do grupo (corroborado por McClurg, 2003). Esta pesquisa pretende avaliar a influência do Contágio Comportamental na Participação Política, acrescentando evidências empíricas a este debate na literatura.

O conjunto de variáveis independentes testadas aqui é inovador. Assim, é necessário apoio empírico para afirmar se elas podem ou não prever a Participação Política. A relevância social desse tipo de investigação é a avaliação do efeito de Estereótipos sobre Parlamentares e Contágio Comportamental sobre a Participação Política, para explicar e ajudar a incentivar maior ação política.

Método

Instrumentos

Os instrumentos deste estudo foram elaborados com a cooperação de 21 especialistas no Brasil e na Suécia, em um procedimento de Painel Delfico (Hsu & Sandford, 2007). Com isso, assegurou-se que os itens não se baseassem em uma cultura, sendo forçados sobre a outra, já que especialistas dos dois países trabalharam em sincronia. O questionário resultante, originalmente em inglês, foi submetido à tradução reversa (para português do Brasil e sueco) em várias rodadas, até que os juízes alcançassem consenso. Este procedimento reduziu o máximo possível o efeito da tradução sobre a interpretação dos itens pelos participantes. A Análise Fatorial

Exploratória (EFA) revelou a estrutura de fator usada aqui e a Análise Fatorial Confirmatória (CFA) indicaram a Estrutura de Fator e as Equivalências Métricas entre o Brasil e a Suécia. A consistência interna dos Fatores, avaliada com o Rho de Jöreskog, variou de 0,60 a 0,90, enquanto alguns itens foram avaliados como autônomos (quando mencionado abaixo).

Depois da CFA, a estrutura fatorial representou as variáveis deste estudo da seguinte forma:

- a) Participação Política: Desilusão Política (três itens), Engajamento Pré-Político (dois itens); a Participação Institucional virou um fator de segunda ordem, abrangendo Atenção (quatro itens) e Ação (cinco itens) - que foi diferente do quadro de Ekman e Amnå (2012). Três itens permaneceram autônomos (não se encaixaram em qualquer fator): Consumo Politizado; Manifestações de Rua e Legitimação da Violência Política.
- b) Estereótipos sobre Parlamentares: a “Informação Crítica” foi organizada como um fator de segunda ordem, compreendendo a Visão Orientada ao Partido (três itens); Tendências de Representação (quatro itens) e Informações Pessoais (dois itens) - estes fatores avaliaram quanta atenção os cidadãos prestam a esses tipos de informação. Outros itens foram organizados em dois fatores de “Predição de Comportamento”: Corrupção (dois itens) e Qualidade da Representação (cinco itens) - que avaliaram as expectativas dos cidadãos sobre os políticos.
- c) Contágio Comportamental: tornou-se uma variável de fator único, com quatro itens que compreendem comportamentos de influenciar outras pessoas e ser influenciado pelos outros para se envolver na ação política.
- d) Demografia: Gênero, Idade, Nível Educacional (maior nível de escolaridade obtido), Orientação Política (esquerda ou direita); Afiliação a Partido, Simpatia por Partidos, Rejeição a Partidos e Nível econômico (calculado segundo a posse de bens como TV, computador, carro, casa, barco, etc.). Os participantes também declararam, em uma escala de zero a dez, quanto cada contexto educacional contribuiu com seu conhecimento sobre política: Escola (primeiro e segundo graus); Universidade, Família, Colegas de Trabalho, Amigos; membros de uma associação / sindicato / partido dos quais também são membros; e, ser autodidata.

Coleta de Dados

A versão brasileira e a sueca dos questionários foram inseridas em plataformas web (sites com ferramentas de coleta de dados). Os dados foram coletados no ano de 2014, de 25 de junho a 31 de agosto no Brasil, e entre 05 e 18 de agosto na Suécia. O consentimento informado enfatizou a preservação da privacidade do participante.

Participantes

Com um limite de tolerância de até 10% das respostas faltantes, 984 questionários brasileiros foram considerados

válidos para análise. A idade média era 43,95 (DP = 15,64) e 37,4% eram mulheres. Com relação à escolaridade, 71,3% terminaram o ensino universitário, dos quais 48,5% eram pós-graduados. Com relação aos suecos, 879 participantes foram considerados para análise. Os participantes suecos tinham 49,57 anos de idade em média (DP= 16,64) e 46,5% eram mulheres. Com relação à escolaridade, 27,9% terminaram o ensino universitário, dos quais 5,1% eram pós-graduados.

Análises

A Imputação Múltipla (Allison, 2003) foi usada para estimar os dados faltantes, principalmente porque Equações Estruturais não aceitam dados faltantes. Foram realizados teste-t de amostras independentes para comparar as médias entre o Brasil e a Suécia. O efeito das variáveis independentes (Estereótipos, Contágio Comportamental e Demografia) sobre a Participação Política (variável dependente) foi testado usando Regressão Múltipla *stepwise*. Os modelos de Regressão Múltipla geraram um primeiro conjunto de variáveis independentes e forneceram uma primeira visão sobre como eles influenciaram a participação política. Estes modelos foram reproduzidos nos Modelos de Equação Estrutural (SEM). Os SEM geraram uma avaliação adicional, já que diversas instâncias de mediação entre as variáveis puderam ser testadas e a adequação dos modelos pode ser avaliada. Os critérios de aceitação adotados para os modelos SEM foram χ^2 / d.f. entre 1 e 5 (Roussel et al., 2002); RMSEA < 0,70; SRMR < 0,80; CFI > 0,92; TLI > 0,92; (Hair, Anderson, Tatham, Black & Babin, 2009).

Os modelos para o Brasil e a Suécia foram criados em separado e comparados. A exploração orientada a dados com diferentes modelos para cada país pode explicar as diferenças culturais - as variáveis que predizem a participação política em um país podem não funcionar em outro. Foram construídos modelos concorrentes para alcançar a melhor adequação com a geração de relacionamentos (como mediação) e exclusão interativa de variáveis multicolineares.

Resultados

Com relação à média das respostas para as escalas de 0 a 10 para cada fator, a Desilusão Política está abaixo do ponto médio para os dois grupos, mas os brasileiros ($M = 3,19$, $DP = 2,75$) estão mais desiludidos do que os suecos ($M = 2,60$, $DP = 2,23$); $t(1843,48) = 5,09$, $p < 0,001$. Os participantes do Brasil ($M = 1,90$, $DP = 3,07$) participaram com mais frequência de manifestações de rua do que os suecos ($M = 0,60$, $DP = 1,95$); $t(1687,83) = 11,04$, $p < 0,001$. A legitimação da violência política foi expressivamente baixa nos dois países, mas teve mais apoio no Brasil ($M = 1,49$, $DP = 2,85$) do que na Suécia ($M = 0,75$, $DP = 1,90$); $t(1726,70) = 6,67$, $p < 0,001$.

A Participação Pré-Política (voluntariado para uma associação não governamental, vizinhança ou escola dos filhos, por exemplo) foi mais frequente no Brasil ($M = 4,22$, $DP = 3,63$) do que na Suécia ($M = 2,45$, $DP = 3,19$); $t(1860,48) = 11,16$, $p < 0,001$. Os brasileiros ($M = 5,27$, $DP = 4,28$) e os suecos ($M = 4,98$, $DP = 4,43$) não apresentam diferenças no

envolvimento em Consumo Politizado; $t(1821,52) = 1,41$, $p = 0,158$. Quanto à Participação Institucional, conforme o Fator de Segunda Ordem homônimo, os brasileiros ($M = 3,11$, $DP = 2,29$) se envolvem com maior frequência do que os suecos ($M = 1,46$, $DP = 1,70$); $t(1799,64) = 17,79$, $p < 0,001$.

Com relação aos Estereótipos sobre Parlamentares, não há diferença significativa na atenção geral que os brasileiros ($M = 4,61$, $DP = 2,37$) e os suecos ($M = 4,59$, $DP = 2,69$) prestam à Informação Crítica, $t(1861,59) = 0,17$, $p = 0,866$. A Qualidade da Representação está próxima ao ponto médio da escala na Suécia ($M = 4,68$, $DP = 1,77$), significativamente mais alta do que a baixa qualidade percebida pelos brasileiros ($M = 2,02$, $DP = 1,36$); $t(1642,36) = 36,05$, $p < 0,001$. A corrupção, por sua vez, é percebida como maior no Brasil ($M = 7,41$, $DP = 2,24$) do que na Suécia ($M = 4,08$, $DP = 2,62$); $t(1737,21) = 29,22$, $p < 0,001$,

Esses resultados apresentam um primeiro panorama das diferenças em ações políticas no Brasil e na Suécia. O entendimento das relações entre essas variáveis, gerado por Modelagem de Equações Estruturais, é essencial para a compreensão de seu funcionamento sistêmico nos dois países.

Os Modelos de Equações Estruturais para este estudo obtiveram boa adequação (Tabela 1). As estruturas destes modelos, sua covariância e os valores de R^2 são resumidos na Tabela 2 e na Tabela 3. Os modelos de predição de Participação Política variam entre o Brasil e a Suécia.

A *Desilusão Política* é predita por alguns fatores dos Estereótipos sobre Parlamentares. A Visão Orientada a Partido e a Qualidade da Representação tiveram efeitos negativos nos dois países (veja a Tabela 2). Na Suécia, dois outros fatores de Estereótipos entraram no modelo, com efeitos positivos na Desilusão Política: Informações Pessoais e Corrupção. O Nível de Escolaridade (maior grau escolar alcançado) teve um efeito negativo significativo sobre a Desilusão Política no Brasil. O efeito positivo da Idade sugere que os brasileiros mais velhos estão mais desiludidos do que os mais jovens. As percepções sobre partidos acrescentam evidências relevantes. A Rejeição a Partido teve um efeito positivo na Desilusão Política no Brasil, enquanto Afiliação a Partido e Simpatia pelo Partido tiveram efeito negativo. A afiliação a partido teve efeito negativo na Suécia. A variância explicada total da Desilusão Política foi $R^2 = 0,33$ para o Brasil e $R^2 = 0,46$ para a Suécia.

O *Envolvimento Pré-Político* (a ação política voltada à comunidade, associação e voluntariado) foi predita principalmente pelo Contágio Comportamental, tanto no Brasil quanto na Suécia. Além disso mas mulheres são mais propensas ao Engajamento Pré-Político do que os homens. Aprender sobre política com membros de uma associação teve efeito positivo no Contágio Comportamental. Este é um ponto comum para os dois países (Tabela 2). No Brasil, a Simpatia por Partido teve efeito negativo sobre o Engajamento Pré-Político. Com relação aos Estereótipos sobre Parlamentares, a *Qualidade de Representação* no Brasil e a *Corrupção* percebida na Suécia tiveram impacto negativo sobre o *Envolvimento Pré-Político*. A atenção às *Informações Pessoais* teve efeito positivo sobre o Contágio Comportamental, produzindo um efeito mediado sobre o Envolvimento Pré-Político. O total da variância explicada para o Envolvimento Pré-Político no Brasil foi $R^2 = 0,27$ e $R^2 = 0,23$ na Suécia.

Tabela 1. Índices de Adequação para os Modelos de Equações Estruturais.

Modelo		χ^2	d.f.	$\chi^2/d.f.$	RMSEA	SRMR	CFI	TLI
Desilusão Política	Brasil	388,79	112	3,47	0,050	0,065	0,94	0,93
	Suécia	212,34	97	2,19	0,037	0,045	0,98	0,97
Envolvimento Pré-Político	Brasil	334,82	98	3,42	0,050	0,070	0,93	0,92
	Suécia	96,51	32	3,02	0,048	0,035	0,97	0,95
Participação Institucional	Brasil	746,77	182	4,10	0,056	0,047	0,93	0,91
	Suécia	569,56	165	3,45	0,053	0,048	0,93	0,92
Consumo Politizado	Brasil	359,51	87	4,13	0,056	0,073	0,94	0,93
	Suécia	225,28	52	4,33	0,062	0,060	0,95	0,94
Manifestações de Rua	Brasil	130,27	49	2,66	0,041	0,054	0,97	0,96
	Suécia	99,74	34	2,93	0,047	0,038	0,98	0,97
Violência	Brasil	134,53	42	3,20	0,047	0,066	0,96	0,95
	Suécia	97,67	48	2,04	0,034	0,037	0,99	0,98

Tabela 2. Resumo dos modelos SEM - predição dos fatores de Participação Política e itens autônomos (parte 01).

	Desilusão Política		Envolvimento Pré-Político		Participação Institucional (fator de 2ª ordem)	
	Brasil	Suécia	Brasil	Suécia	Brasil	Suécia
R ² =	0,33	0,46	0,27	0,23	0,83	0,80
Contágio Comportamental	+0,51	+0,46	+0,91	+0,73
<i>Estereótipos sobre Parlamentares</i>						
Informações Críticas (fator de 2ª ordem)	+0,56 ^a	...
Visão Orientada a Partido	-0,29	-0,27
Tendências de Representação
Informações Pessoais	...	+0,19	+0,25 ^a
Qualidade da Representação	-0,25	-0,22	-0,08*	-0,16
Corrupção	...	+0,47	...	-0,10**
<i>Demografia</i>						
Educação Política
“por conta própria”	+0,39 ^b	+0,30 ^a
“com membros da associação”	+0,42 ^a
Idade	+0,25
Nível Econômico
Nível Educacional	-0,20
Gênero	♀ 0,12	♀ 0,07
Esquerda-Direita
Membro de partido	-0,08*	-0,08*	+0,42	+0,43**	...	+0,26
Simpatia por partido	-0,10**	...	-0,12**
Rejeição a partido	+0,10**

^aMediado por Contágio Comportamental. ^bMediado por Visão Orientada ao Partido.

*p < 0,05; **p < 0,01; Para todos os outros valores, p < 0,001. Os resultados não significativos foram removidos.

Tabela 3. *Resumo dos modelos SEM - predição dos fatores de Participação Política e itens autônomos (parte 02).*

	Consumo Politizado		Manifestações de Rua		Violência	
	Brasil	Suécia	Brasil	Suécia	Brasil	Suécia
R ² =	0,16	0,18	0,19	0,18	0,12	0,09
Contágio Comportamental	+0,34	+0,25	+0,38	+0,40	+0,23	-0,20
<i>Estereótipos sobre Parlamentares</i>						
Informações Críticas (fator de 2ª ordem)
Visão Orientada a Partido	+0,48 ^a	+0,11**	-0,14
Tendências de Representação
Informações Pessoais	+0,15**
Qualidade da Representação	-0,08*	...	-0,07*	-0,13	-0,15	...
Corrupção	...	-0,18	+0,17
<i>Demografia</i>						
Educação Política
“por conta própria”
“com membros da associação”
Idade	-0,17	...	-0,21	...
Nível Econômico	-0,09**
Nível Educacional	+0,16
Gênero	♀ 0,12	♀ 0,10
Esquerda-Direita	...	Esquerda 0,21
Membro de partido
Simpatia por partido
Rejeição a partido

^aMediado por Contágio Comportamental.

*p < 0,05; **p < 0,01; Para todos os outros valores, p < 0,001. Os resultados não significativos foram removidos.

Tanto no Brasil quanto na Suécia, o Contágio Comportamental tem um importante papel na predição da *Participação Institucional* (Tabela 3). No Brasil, o Contágio Comportamental mediou o efeito da Informação Crítica (fator de segunda ordem dos Estereótipos sobre Parlamentares). Na Suécia, o único fator de Estereótipo que entrou no modelo foi a Qualidade de Representação, com efeito negativo sobre a Participação Institucional. Ainda na Suécia, outras variáveis tiveram um significativo poder de predição em relação à Participação Institucional: a Afiliação a Partido teve um efeito positivo - portanto, ser membro de um partido ajudou o envolvimento na participação institucional na Suécia. Aprender sobre política por conta própria ajudou a participação, porém mediada pelo Contágio Comportamental.

Nos dois países, uma quantidade relevante de variância foi explicada pelas variáveis independentes que entraram no modelo (Brasil: R² = 0,83; Suécia: R² = 0,80). Com relação aos fatores de primeira ordem em Participação Instituições, grande parte da variância também foi explicada para Atenção (Brasil: R² = 0,87; Suécia: R² = 0,81) e Ação (Brasil: R² = 0,62; Suécia: R² = 0,66).

Com relação ao *Consumo Politizado*, o ponto comum entre o Brasil e a Suécia é que o Contágio Comportamental teve efeito positivo direto e que as mulheres têm um pouco mais de probabilidade de se envolver neste tipo de ação (Tabela 3). No Brasil, os Estereótipos sobre Parlamentares predisse o Consumo Politizado: enquanto a Visão Orientada a Partido teve efeito positivo, mediada pelo Contágio Comportamental, a Qualidade da Representação teve um pequeno efeito negativo. O nível educacional tiveram um efeito direto positivo. O total da variância explicada para o Consumo Politizado foi R² = 0,16 para o Brasil. Na Suécia, a Visão Orientada a Partido e a Corrupção percebida tiveram impacto direto sobre o Consumo Politizado. Além disso, os cidadãos de esquerda tiveram maior probabilidade de se envolver com o Consumo Politizado. O total da variância explicada para Consumo Politizado na Suécia foi R² = 0,18.

Na Suécia, o Contágio Comportamental teve impacto mais forte na participação em *Manifestações de Rua* e a Qualidade de Representação teve impacto negativo direto, ou seja, a percepção da má qualidade do trabalho dos parlamentares ajuda a explicar o envolvimento nas Manifestações

de Rua ($R^2 = 0,18$, Tabela 3). No Brasil, foram observados efeitos semelhantes para Contágio Comportamental e Qualidade da Representação. No entanto, outras variáveis entraram no modelo. Nível Econômico e Idade tiveram efeito direto negativo, ou seja, os brasileiros mais pobres e jovens têm maior possibilidade de participar de manifestações de rua. A variância total explicada no Brasil foi $R^2 = 0,19$.

A percepção que *Violência* é um tipo legítimo de ação política foi explicada no Brasil pelo Contágio Comportamental, Idade (com efeito negativo) e uma percepção negativa da Qualidade da Representação (Tabela 3). O total da variância explicada para Legitimidade da Violência Política no Brasil foi $R^2 = 0,12$. Na Suécia, a percepção da Corrupção de parlamentares teve efeito positivo. A *Visão Orientada a Partido* teve efeito direto negativo na Legitimidade da Violência Política, enquanto a atenção às *Informações Pessoais* dos parlamentares teve efeito positivo. Esses dois fatores de Estereótipos são parcialmente mediados pelo Contágio Comportamental. O Contágio Comportamental teve efeito positivo direto na Legitimidade da Violência Política. A variância total explicada para a Suécia foi $R^2=0,09$.

Discussão

As diferenças entre médias apontaram um cenário mais positivo para a Suécia do que para o Brasil, considerando que os suecos demonstram menos Desilusão e menor apoio à Violência (veja a primeira parte da seção de resultados). No entanto, os brasileiros têm maior envolvimento em Participação Institucional e Manifestações de Rua, talvez como efeito dos episódios recentes de participação em massa (Ranthurm, 2013). Explica-se adiante a influência de Estereótipos sobre Parlamentares e Contágio Comportamental sobre a Participação Política.

As *Informações Críticas* sobre os parlamentares formaram um fator de segunda ordem, composto pelos fatores de *Visão Orientada a Partido*, *Tendências de Representação* e *Informações Pessoais*. A medida das *Informações Críticas* representa a sensibilidade dos participantes à diversidade dos parlamentares. Infere-se que, se um participante ignora um tipo de informação, ela não é útil para entender a diferença entre os políticos. Portanto, os estereótipos supostamente funcionam como pistas para entender quais grupos estão presentes no parlamento (Jussim *et al.*, 1995; Sacchi *et al.*, 2013).

As *Informações Críticas* tiveram um papel significativo na predição da *Participação Institucional* no Brasil (apesar de mediadas pelo Contágio Comportamental - Tabela 3). No entanto, há evidências anteriores que os brasileiros têm dificuldade para entender a política de seu país e, geralmente, desconhecem a diferença entre partidos e entre políticos (Henrique, 2010). Na Suécia, nenhum dos fatores de *Informações Críticas* ajudou a prever a Participação Institucional. Por outro lado, há evidências anteriores que a Suécia entende a diferença entre os partidos (Rothstein & Uslander, 2005). Este resultado contraintuitivo será discutido posteriormente.

Os suecos atentos às *Informações Pessoais* (Estereótipos com base no gênero e religião dos políticos) tinham maior probabilidade de se desiludirem. Na Suécia, tanto gênero quanto religião hoje estão relacionados às questões políti-

cas. O ativismo feminista faz valer seus pontos de vista por meio de atividades intensas de contestação (Johansson & Lilja, 2013). A religião, por sua vez, está ligada à imigração de muçumanos - que é o motivo subjacente dos protestos de 2013, quando o assassinato de um imigrante deu início a uma onda de violentos protestos (Hansson, Cars, Ekenberg & Danielson, 2013).

Diferentemente da Suécia, as *Informações Pessoais* no Brasil foram associadas ao Envolvimento Pré-Político, mediado pelo Contágio Comportamental. Isto reflete a inserção das igrejas no cenário político e ao ativismo pela igualdade de gênero. No Brasil, as igrejas estão ativamente relacionadas ao voluntariado. Da mesma forma, o ativismo feminista e pelos direitos dos homossexuais tem ganhado importância nos últimos anos. Esses temas geralmente estão relacionados, uma vez que o ativismo homossexual e feminista antagoniza com as crenças cristãs geralmente difundidas (Natividade, 2010).

Nos dois países a Desilusão Política diminui quando o cidadão valoriza *Visão Orientada a Partido*. Portanto, entender as diferenças de partidos ajuda a evitar que os cidadãos fiquem desesperançosos em relação às instituições políticas. Os resultados sobre preferências de partidos sustentam essa hipótese. Os simpatizantes e os membros de partidos no Brasil estão menos desiludidos. Os que rejeitam os partidos têm mais chance de se sentirem desiludidos. Na Suécia, apenas a afiliação a um partido teve efeito negativo sobre a Desilusão.

A *Visão Orientada a Partido* e o fator de segunda ordem *Informações Críticas* tiveram um efeito pró-democrático - logo, a capacidade de diferenciar os políticos com base nesses critérios produziu uma atitude positiva em relação aos políticos. As *Informações Pessoais*, pelo contrário, foram associadas a Desilusão e Violência, revelando uma atitude negativa. Em suma, os critérios para diferenciar os políticos podem refletir como as pessoas identificam e reagem a grupos opostos na sociedade, seja buscando instituições, evitando-as ou apoiando a violência.

A *Visão Orientada a Partido* teve efeitos positivos sobre o Consumo Politizado tanto no Brasil (mediada pelo Contágio Comportamental) e na Suécia (diretamente). Na Suécia, verificou-se que pessoas inclinadas à esquerda tinham mais chance de praticar Consumo Politizado, o que, reflete a tendência dos partidos ambientalistas, já que estes geralmente fazem oposição a grandes empresas (Green-Pedersen, 2012; Holmberg & Hedberg, 2009). No Brasil, no lugar da orientação política, o maior Nível Educacional predisse positivamente o Consumo Politizado. Logo, o uso de opções de consumo para pressionar as empresas parece ter relação com o conhecimento científico provido pela educação formal.

Em relação ao segundo elemento de Estereótipos sobre Parlamentares, a *Predição do Comportamento* (i.e., como os cidadãos predizem os comportamentos dos parlamentares), a Qualidade da Representação foi considerada melhor na Suécia e a Corrupção foi percebida como maior no Brasil. Esta conclusão corrobora estudos anteriores sobre o contexto político de cada país, já que mostram baixa confiança, alta corrupção e baixa eficácia percebida das instituições políticas no Brasil (Cunha, 2006; Moisés & Carneiro, 2008) e alta confiança, baixa corrupção percebida e boa eficácia das instituições políticas suecas (Kumlin & Rothstein, 2005; Rothstein & Uslander, 2005). É razoável inferir que os suecos

estão mais satisfeitos com suas instituições democráticas do que os brasileiros. Os estudos acima também apoiam essa inferência.

A Desilusão Política na Suécia aumenta à medida que a percepção de Corrupção aumenta e a de Qualidade de Representação diminui. O mesmo efeito foi encontrado para Qualidade da Representação no Brasil, mas a Corrupção percebida não ajudou a prever a Desilusão Política naquele país. A ausência do fator Corrupção no modelo indica que os brasileiros podem ficar Desiludidos ou não, independentemente de quão corruptos os políticos pareçam ser. Este é outro resultado contraintuitivo.

Na Suécia, a menor Corrupção percebida esteve relacionada a maior Consumo Politizado e Engajamento Pré-Político (Tabela 2 e Tabela 3). No Brasil, o resultado foi o oposto: quando os políticos “não faziam um bom trabalho”, o Engajamento Pré-Político e o Consumo Politizado aumentavam. Nos dois países a má Qualidade de Representação está relacionada à Desilusão. No entanto, os cidadãos suecos que percebem má Qualidade de Representação têm mais chance de se envolver na Participação Institucional. Portanto, é verdade que na Suécia os cidadãos insatisfeitos podem ter mais interesse na política. Amnå e Ekman (2014) sugerem que as pessoas entram em ação quando *desconfiam* das pessoas no poder. O mesmo efeito foi observado nas Manifestações de Rua (onde a menor Qualidade da Representação aumentou o envolvimento, Tabela 3).

Passamos à análise dos resultados contraintuitivos. Apesar de a corrupção ser uma questão muito importante na política brasileira (Bethell, 2008; Cinnanti, 2011), ela não entrou em qualquer modelo de predição para o Brasil. No entanto, a Corrupção predissem a participação na Suécia. Aqui é necessária uma interpretação cuidadosa. A ausência de Corrupção nos modelos de predição não necessariamente indica que todos os brasileiros são insensíveis a ela - principalmente se considerarmos que os brasileiros têm ido às ruas com Manifestações contra Corrupção desde os protestos de 2011 e junho de 2013 (Ranthum, 2013). Isso indica que alguns brasileiros reagem à Corrupção se envolvendo na ação política e outros não. Portanto, as estatísticas não apresentam tendências e não é encontrada qualquer covariância significativa. Os suecos parecem reagir contra a corrupção de forma mais consistente. Em contrapartida, a Qualidade da Representação desempenhou um importante papel na predição da participação no Brasil e na Suécia. Este é um indicativo que a corrupção, por si só, não basta para explicar a insatisfação dos cidadãos em relação aos políticos, mas perceber a baixa Qualidade da Representação pode catalisar a ação.

Em outro resultado contraintuitivo, a atenção a Informações Críticas (que abrangem a Visão Orientada a Partido), teve um impacto significativo para a Participação Institucional no Brasil, mas não na Suécia. Podemos deduzir que, quando falamos de Estereótipos sobre Parlamentares, o que é relevante para um país tem maior efeito no outro. Intrigante, não?

Os Estereótipos, assim como outros artefatos culturais, são sistemas de crenças compartilhadas (Jussim et al., 1995; Mackie, 1973; Ryan, 2003). O que é senso comum para um país (como a corrupção brasileira), perde seu poder na hora de diferenciar as atitudes e os comportamentos dos cidadãos.

Portanto, no Brasil, onde as pessoas têm mais dificuldade de entender as diferenças dos parlamentares (Henrique, 2010; Kinzo, 2004; Moisés & Carneiro, 2008), as Informações Críticas foram relevantes para diferenciar os brasileiros que se envolvem na Participação Institucional daqueles que não se envolvem. Na Suécia, pelo contrário, a Corrupção se torna relevante para prever a participação, uma vez que os cidadãos se sentem claramente motivados a reagir.

As diferenças culturais podem explicar o que se torna senso comum para um país ou para o outro. O Individualismo Horizontal dos suecos é provavelmente a base de sua baixa tolerância à corrupção - i.e., os parlamentares devem respeitar as leis como os cidadãos, já que o igualitarismo e a solidariedade são valores centrais (Hofstede, 1980; Realo et al., 2008; Triandis & Gelfand, 1998). O Coletivismo Vertical (Triandis & Gelfand, 1998) e a Distância do Poder (Hofstede, 1980) dos brasileiros estão relacionados à sua tolerância com a hierarquia social, sua aceitação da (suposta) condição superior dos políticos e sua desconfiança em relação à capacidade das instituições de combater a corrupção (Realo et al., 2008).

O Contágio Comportamental teve forte efeito positivo na Participação Política. Sempre que esta variável foi incluída, ela teve a maior covariância direta sobre o tipo de Participação Política testado (Tabela 2 e Tabela 3). Teve, ainda, um efeito mediador sobre os fatores de Informações Críticas (de Estereótipos sobre Parlamentares) para os brasileiros.

O Contágio Comportamental teve um papel central para o Engajamento Pré-Político (Tabela 2). Aprender sobre política com os membros de uma associação, sindicato ou partido é mediado pelo Contágio Comportamental, o que enfatiza que a influência mútua é fundamental para converter o conhecimento aprendido em ação. No Brasil, quem evita a política institucional e integra uma rede de influência pode mobilizar suas comunidades, já que não confia na capacidade dos políticos para resolver os problemas de seu país (Amnå & Ekman, 2014; Stolle et al., 2005).

O Contágio Comportamental também foi pivô da Participação Institucional. No Brasil, a atenção às características dos parlamentares (Informações Críticas) parece discriminar os cidadãos inclinados a agir perante instituições políticas. Visto que esta variável foi mediada pelo Contágio Comportamental, entende-se que é necessária a influência de rede para converter em ação o conhecimento sobre os Parlamentares. Na Suécia, a insatisfação dos cidadãos com a Qualidade da Representação é um gatilho direto para a Participação Institucional. No entanto, um efeito maior é causado pelo Contágio Comportamental, já que este ajuda a converter o aprendizado de política “por conta própria” (Tabela 3) em ação. Tanto no Brasil quanto na Suécia o Contágio Comportamental foi importante para converter crenças em ação (corroborando Cho & Rudolph, 2008; Lake & Huckfeldt, 1998; Le Bon, 1896; Moscovici, 1985).

Da mesma forma, o Contágio Comportamental predissem o envolvimento em Manifestações de Rua sem efeitos de mediação ou covariância no Brasil e na Suécia. Teve também o efeito mais forte sobre a Legitimação da Violência Política nos dois países. Estes resultados corroboram o forte efeito da influência social para catalisar a ação política (e.g. Cho & Rudolph, 2008; Lake & Huckfeldt, 1998; McClurg, 2003; McFarland & Thomas, 2006).

De forma geral, os contextos de educação política tiveram pouco efeito na Participação Política. A maior parte dos *loci* de aprendizado político foi excluída das análises SEM - escola, universidade, família, colegas de trabalho e amigos. Apenas dois itens ofereceram efeito mediado. O item “[você aprendeu]... com membros de uma associação / sindicato / partido do qual você é membro” foi considerado importante para o Engajamento Pré-Político, possivelmente porque o contexto de aprendizagem também era o contexto de participação. O item “[você aprendeu] por conta própria” foi importante para evitar a Desilusão Política no Brasil e prever a Participação Institucional na Suécia. Não há consenso na literatura se a Educação dá uma contribuição significativa para o envolvimento na ação política (Berinsky & Lenz, 2011; Kam & Palmer, 2008; Mayer, 2011). No entanto, é provável que a educação em escolas, universidades e outros *loci* tenha efeito para que alguns alunos se envolvam na ação política, mas não outros. Então, neste caso, as estatísticas não geram qualquer tendência.

Conclusão

A principal contribuição desta pesquisa foi acrescentar evidências à abordagem empírica sobre Participação Política, comparando países contrastantes. O Brasil e a Suécia são tão diferentes na cultura política que esta comparação foi uma prova de fogo para os instrumentos e objetivo desta pesquisa.

Os Modelos de Equação Estrutural ajudaram a identificar as diferenças no pensamento brasileiro e sueco. Este estudo ofereceu evidências adicionais de que o conceito dos Estereótipos pode ser usado para entender o ponto de vista dos cidadãos sobre os parlamentares, com grande utilidade para prever a participação. Enfatiza que o entendimento de diferenças de grupo não está necessariamente atrelado a preconceito e discriminação (corroborando Jussim, et al., 1995; Mackie, 1973; Ryan, 2003) e, além disso, é útil para prever o comportamento dos participantes. Verificou-se que o Contágio Comportamental teve um papel crucial na predição da participação. Esses processos podem ser encontrados em outras culturas; portanto, este estudo pode ser replicado em outros países, desde que os instrumentos sejam traduzidos e adaptados a cada cultura.

Referências

Allison, P. D. (2003). Missing data techniques for structural equation modeling. *Journal of abnormal psychology, 112*(4), 545-557.

Almond, G. & Verba, S. (1963). *The civic culture*. Princeton: Princeton University.

Almond, G. A., & Verba, S. (1980). *The civic culture revisited: An analytic study*. Boston: Little Brown.

Amnå, E., & Ekman, J. (2014). Standby citizens diverse faces of political passivity. *European Political Science Review, 6*(02), 261-281.

Arceneaux, K. (2008). Can partisan cues diminish democratic accountability? *Political Behavior, 30*, 139-160.

Berinsky, A. J., & Lenz, G. S. (2011). Education and political participation: Exploring the causal link. *Political Behavior, 33*(3), 357-373.

Bethell L. (2008). *The Cambridge History of Latin America, Volume IX: Brazil since 1930*. Cambridge: Cambridge University Press.

Brussino, S., Rabbia, H. & Sorribas, P. (2008). Una Propuesta de Categorización de la Participación Política de Jóvenes Cordobeses [Uma proposta de Categorização da Participação Política de Jovens de Córdoba]. *Psicologia Política, 8*(16), 285-304.

Carlin, R. E., & Love, G. J. (2013). The Politics of Interpersonal Trust and Reciprocity: An Experimental Approach. *Political Behavior, 35*(1), 43-63.

Cho, W. K. T., & Rudolph, T. J. (2008). Emanating political participation: untangling the spatial structure behind participation. *British Journal of Political Science, 38*(2), 273.

Cinnanti, C. J. J. (2011). A (des)confiança do cidadão no Poder Legislativo e a qualidade da democracia no Brasil. *E-Legis, 6*(6), 84-95.

Cunha, R. (2006). Mídia reforça imagem negativa do parlamento. *Ciência e Cultura, 58*(2), 8-10.

Dahl, R. (1956). *A preface to democratic theory*. Chicago: University of Chicago Press.

Dalton, R. J. (2008). Citizenship norms and the expansion of political participation. *Political studies, 56*(1), 76-98.

Diener, E. (1980). Deindividuation: The absence of self-awareness and self regulation in group members. In P. B. Paulus (Org.), *Psychology of group influence* (pp.209-242). Hillsdale: Erlbaum.

Downs, A. (1957). *An economic theory of democracy*. New York: Harper & Row.

Druckman, J. N. (2001). The implications of framing effects for citizen competence. *Political Behavior, 23*(3), 225-256.

Ekman, J., & Amnå, E. (2012). Political participation and civic engagement: Towards a new typology. *Human Affairs, 22*(3), 283-300.

Fehr, E., & Fischbacher, U. (2004). Social norms and human cooperation. *Trends in cognitive sciences, 8*(4), 185-190.

Festinger, L. (1975). *Teoria da dissonância cognitiva*. Rio de Janeiro: Zahar.

Garzia, D. (2013). Changing Parties, Changing Partisans: The Personalization of Partisan Attachments in Western Europe. *Political Psychology, 34*(1), 67-89.

Gomes, M. D. A., & Maheirie, K. (2011). Passe Livre Já: participação política e constituição do sujeito. *Revista Psicologia Política, 11*(22), 359-375.

Green-Pedersen, C. (2012). A giant fast asleep: Party incentives and the politicization of European integration. *Political Studies, 60*(1), 115-130.

Hair, J. F., Anderson, R. E., Tatham, R. L., Black, W. C., & Babin, B. J. (2006). *Multivariate analysis*. New Jersey: Pearson Education.

Hansson, K., Cars, G., Ekenberg, L., & Danielson, M. (2013). The importance of recognition for equal representation in participatory processes: Lessons from Husby. *Footprint, 13*, 81-98.

Harrigan, N., Achananuparp, P., & Lim, E. P. (2012). Influentials, novelty, and social contagion: The viral power of average friends, close communities, and old news. *Social Networks, 34*(4), 470-480.

- Haslam, S. A., Turner, J. C., Oakes, P. J., McGarty, C., & Reynolds, K. J. (1997). The group as a basis for emergent stereotype consensus. *European review of social psychology*, 8(1), 203-239.
- Henrique, A. L. (2010). Cidadãos crentes, críticos e ocultos: assimetrias da confiança no Congresso Nacional. *Anais do 7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, Recife – PE.
- Hofstede, G. (1980). *Culture's consequences: Comparing values, behaviors, institutions and organizations across nations*. Beverly Hills: Sage.
- Holmberg, S., & Hedberg, P. (2009). Party Influence on Nuclear Power Opinion in Sweden. In Department of Political Science, University of Gothenburg. *Conference on Nuclear Power Attitudes in Western Europe*. Mannheim April (pp. 24-25).
- Hsu, C. C., & Sandford, B. A., (2007). The Delphi Technique: Making Sense of Consensus. *Practical Assessment, Research & Evaluation*, 12 (10), 2-9.
- Jesus, J. G. de. (2013). Psicologia das massas: contexto e desafios brasileiros. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 493-503.
- Johansson, E., & Lilja, M. (2013). Understanding power and performing resistance: Swedish feminists, civil society voices, biopolitics and “angry” men. *NORA-Nordic Journal of Feminist and Gender Research*, 21(4), 264-279.
- Jussim, L. J., McCauley, C. R., & Lee, Y. T. (1995). Why study stereotype accuracy and inaccuracy? In Y. T. Lee, L. J. Jussim & C. R. McCauley (Eds.). *Stereotype accuracy: Toward appreciating group differences* (pp. 3-27). Washington, DC: American Psychological Association.
- Kaase, M. & Marsh, A. (1979). Political Action. A Theoretical Perspective. In: S. Barnes & M. Kaase (Eds.). *Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies*. London: Sage.
- Kam, C. D. (2007). Implicit attitudes, explicit choices: When subliminal priming predicts candidate preference. *Political Behavior*, 29(3), 343-367.
- Kam, C. D., & Palmer, C. L. (2008). Reconsidering the effects of education on political participation. *The Journal of Politics*, 70(03), 612-631.
- Kinder, D. R. & Sears, D. O. (1985). Public opinion and political action. In: G. Lindsey, E. Aronson (eds.). *The Handbook of Social Psychology*, Vol. II, 3rd ed. New York: Random House, pp. 659-741.
- Kinzo, M. A. G. (2004). Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(54), 23-41.
- Koch, J. W. (2003). Being certain versus being right: Citizen certainty and accuracy of house candidates' ideological orientations. *Political Behavior*, 25(3), 221-246.
- Kumlin, S., & Rothstein, B. (2005). Making and breaking social capital the impact of welfare-state institutions. *Comparative Political Studies*, 38(4), 339-365.
- Lake, R. L. D., & Huckfeldt, R. (1998). Social capital, social networks, and political participation. *Political Psychology*, 19(3), 567-584.
- Lau, R. R., & Redlawsk, D. P. (2001). Advantages and disadvantages of cognitive heuristics in political decision making. *American Journal of Political Science*, 45(4), 951-971.
- Le Bon, G. (1896). *The Crowd: A Study of the Popular Mind*. New York: Macmillan.
- Mackie, M. (1973). Arriving at “truth” by definition: the case of stereotype inaccuracy. *Social Problems*, 20, 431-447.
- Marien, S., & Hooghe, M. (2011). Does political trust matter? An empirical investigation into the relation between political trust and support for law compliance. *European Journal of Political Research*, 50(2), 267-291.
- Mayer, A. K. (2011). Does education increase political participation? *Journal of Politics*, 73(3), 633-45.
- McClurg, S. D. (2003). Social networks and political participation: The role of social interaction in explaining political participation. *Political Research Quarterly*, 56(4), 449-464.
- McFarland, D. A., & Thomas, R. J. (2006). Bowling young: How youth voluntary associations influence adult political participation. *American sociological review*, 71(3), 401-425.
- McGuire, G. R. (1987). Pathological Subconscious and Irrational Determinism In The Social Psychology of The Crowd: The Legacy of Gustave Le Bon. *Advances in Psychology*, 40, 201-217.
- Milbrath, L. W. (1965). *Political Participation*. Chicago: RandMcNally.
- Moisés, J. Á., & Carneiro, G. P. (2008). Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. *Opinião Pública*, 14(1), 1-42.
- Moscovici, S. (1985). *L'âge des foules: un traité historique de psychologie des masses*. Bruxelles: Les Éditions Complexe. Acessado em http://classiques.uqac.ca/contemporains/moscovici_serje/age_des_foules/age_des_foules.pdf
- Natividade, M. (2010). Uma homossexualidade santificada? Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal. *Religião & Sociedade*, 30(2), 90-121.
- Nye, R. A. (1973). Two paths to a psychology of social action Gustave LeBon and Georges Sorel. *The Journal of Modern History*, 45(3) 411-438.
- Ranthum, R. (2013, June 16). Um ensaio sobre o mês de junho de 2013. *Observatório da Imprensa*. Acessado em http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed755_um_ensaio_sobre_o_mes_de_junho_de_2013
- Realo, A., Allik, J., & Greenfield, B. (2008). Radius of trust: Social capital in relation to familism and institutional collectivism. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 39(4), 447-462.
- Rothstein, B., & Uslander, E. M. (2005). All for all: Equality, corruption, and social trust. *World politics*, 58(01), 41-72.
- Roussel, P., Durrieu, F., Campoy, E. & Akremi, A. E. (2002), *Méthodes d'équations structurelles: recherche et applications en gestion*. Economica: Paris.
- Ryan, C. S. (2003). Stereotype accuracy. *European review of social psychology*, 13(1), 75-109.
- Sacchi, S., Carnaghi, A., Castellini, F., & Colombo, M. (2013). Group merger between political parties: The role of the ingroup projection process. *Political psychology*, 34(1), 91-105.
- Samuels, D., & Zucco, C. (2013). The Power of Partisanship in Brazil: Evidence from Survey Experiments. *American Journal of Political Science*, 58(1), 212-225.
- Schneider, M. C., & Bos, A. L. (2011). An exploration of the content of stereotypes of black politicians. *Political Psychology*, 32(2), 205-233.
- Schumpeter, J. (1942). *Capitalism, socialism and democracy*. London: Allen & Unwin.
- Stolle, D., Hooghe, M. & Micheletti, M. (2005). Politics in the supermarket: political consumerism as a form of political participation. *International Political Science Review*, 26(3), 245-269.

- Tajfel, H. & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In S. Worchel & W. G. Austin (Orgs.), *The social psychology of intergroup relations* (pp. 33-47). Chicago: Nelson-Hall.
- Teorell, J. (2006). Political participation and three theories of democracy: A research inventory and agenda. *European Journal of Political Research*, 45(5), 787-810.
- Triandis, H. C., & Gelfand, M. J. (1998). Converging measurement of horizontal and vertical individualism and collectivism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74(1), 118-128.
- Verba, S., & Nie, N. H. (1972): *Participation in America: Political Democracy and Social Equality*. New York: Harper & Row.

Recebido em 26.07.2016

Aceito em 06.11.2016 ■